Contingenciamento no IFMT Campus de Barra do Garças-MT

Delmair Nascimento[1]

Prof. Dr. Felipe Deodato da Silva e Silva[2]

Resumo:

No ano de 2019, o governo federal brasileiro contingenciou 30% das despesas discricionários dos Institutos Federais. Considerando isso, o artigo buscou identificar como os gestores públicos se adequaram a esse contingenciamento e quais os impactos na prestação de serviços de educação. O estudo foi aplicado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), Campus Barra do Garças, uma instituição especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Por meio de entrevista ao gestor local, o estudo identificou que os principais gastos afetados foram aqueles relacionados às visitas técnicas e aulas práticas, à capacitação de servidores e à contratação de terceirizados. Por fim, o contingenciamento foi desfeito ao final do ano, porém isso dificultou a execução orçamentária, tento em vista, o limitado prazo para a realização das despesas ao final do exercício.

Palavras-Chaves: Finanças públicas, Gestão Pública, IFMT.

Abstract:

In 2019, the Brazilian federal government applied a contingency of 30% on the discretionary fund of Federal Institutes. This paper aims to identify how public managers adapted to the contingency of funds and which were the impacts on public education provision. The study was applied at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Mato Grosso (IFMT), Campus Barra do Garças, an institution that offers professional and technological education at different modalities. Based on an interview with the local manager, the study identified that the main impacts were on expenditures with technical visits and practical classes, professional training of public agents and

[1] Aluna do Curso Superior em Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT) – Campus Barra do Garças.

[2] Professor Doutor, do Curso Superior em Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT) – Campus Barra do Garças.

outsources. The contingency was reversed at the end of the year, but the time limitation jeopardized the expenditure execution at the end of the year.

1. INTRODUÇÃO

Gestão pública é a realização de funções administrativas por certo período de tempo e espaço. Assim, classifica-se o serviço público, como um serviço administrativo ligado a uma determinada lei, a alguma norma técnica ou política (BRASIL, 2015). Um dos desafios da administração pública no Brasil é respeitar a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei complementar nº 101/2004) que estabelece as normas de finanças públicas. No Brasil, em muitos casos, o gestor inicia o exercício de primeiro mandato anunciando um contingenciamento, geralmente alegando uma baixa previsão de arrecadação e uma elevada despesa com pessoal (BRASIL, 2016). O Ministério do Planejamento no Brasil trata o contingenciamento como necessário para um equilíbrio fiscal. (BRASIL, 2015). Assim, o "Contingenciamento na gestão pública consiste no retardamento ou, ainda, na inexecução de parte da programação de despesa prevista na Lei Orçamentária em função da insuficiência de receitas". (BRASIL, 2015).

Em 2019, o governo Federal anunciou um contingenciamento de aproximadamente 35 bilhões de reais da verba de despesas do orçamento previsto para o ano (BRASIL, 2019). O Referido contingenciamento atingiu vários ministérios, inclusive o da educação, que fomenta o ensino público. Uma das instituições mais afetadas foram as universidades e os institutos federais (BRASIL, 2016). Os institutos federais são responsáveis pelo ensino técnico e pela profissionalização de boa parte da população, principalmente, as que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Isso fez soar um alarme tanto nas mídias de notícia quanto nas mídias sociais sobre a possibilidade de o contingenciamento afetar a qualidade na oferta da educação e trazer impactos negativos para a sociedade (BRASIL, 2008).

Este trabalho focará o contingenciamento no campus do Instituto Federal localizado no município de Barra do Garças, no Estado de Mato Grosso (IFMT). Em nota publicada, a reitoria do IFMT anunciou que a ação do governo resultou em um bloqueio

de quase R$ 32 milhões no orçamento da instituição para o ano de 2019, destacando que isso poderá implicar em um replanejamento dos recursos previstos. (IFMT, 2019). Considerando isso, o estudo buscará compreender e responder. Quais estratégias os gestores públicos locais do IFMT estão adotando para contornar a falta de verbas na instituição, e quais os impactos na prestação de serviços públicos de educação? Dessa forma, a pesquisa objetiva identificar possíveis ações em gestão pública para lidar com o contingenciamento vigente. Para isso, serão adotadas consultas eletrônicas em portais oficiais, pesquisas bibliográficas e documentais, bem como, a aplicação de um questionário ao gestor administrativo da instituição.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Finanças públicas

Finanças é um ramo da economia que estuda a circulação de dinheiro, analisando a obtenção e a administração de fundos. Compõem as finanças públicas, as políticas que regulamentam os gastos públicos e os tributos, assim, o gestor preserva uma estabilidade econômica do bem público (BRASIL, 2015).

Segundo Giambiagi (2002), os bens públicos são aqueles que um indivíduo ou um determinado grupo da sociedade utiliza sem causar danos aos outros indivíduos da mesma sociedade. Além disso, esse uso é indivisível. A educação pública é um exemplo de bem público, pois o ensino de uma pessoa não compromete a oferta desse serviço para os demais cidadãos. Além disso, conforme o Art. 6º da Constituição Federal de 1988, a educação é um direito de todo cidadão (BRASIL, 1988).

A estabilidade econômica de um país depende muito da relação entre gastos públicos e arrecadação. Este equilíbrio é possibilitado com aplicação de políticas de gastos públicos e tributações. Na Administração Pública brasileira, o planejamento se dá por meio de três instrumentos principais: o Plano Plurianual (PPA); a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); e a Lei Orçamentária Anual (LOA). O PPA trata da previsão das ações a serem desenvolvidas nos próximos quatro anos, já a LDO direcionará as ações anuais previstas no PPA, e, por fim, a LOA prevê a execução de tais ações por meio de recursos financeiros alocados em programas e ações (BRASIL, 2015). Dessa forma, todo governo deve executar o orçamento definido pela LOA, pois se trata de uma lei aprovada

pelo poder legislativo, ou seja, pelo Congresso Nacional no caso da União, pela Assembleia Legislativa no caso dos Estados e pela Câmara de Vereadores no caso dos municípios.

2.2 Orçamento público

O orçamento é um instrumento de planejamento que abrange os aspectos financeiro, econômico, administrativo e político onde o governo fixa as despesas e prevê as receitas para o exercício subsequente. Assim, o orçamento público é utilizado pelo governo para planejar as aplicações do dinheiro arrecadado com as tributações impostas ao cidadão. Esse planejamento especifica os investimentos e os gastos prioritários dos poderes, e as adequações na oferta do serviço público. Dessa forma, através do orçamento público se tem uma estimativa de arrecadação e a fixação das despesas a serem efetuadas com o dinheiro (BRASIL, 2017).

O gestor público não consegue gastar o orçamento da maneira que achar mais conveniente, segundo Crepaldi (2013), os objetivos a serem alcançados pelo poder público estão apontados em vários diplomas legais ou instrumentos jurídicos, tais como a Constituição Federal e demais lei infraconstitucionais.

As despesas podem ser alocadas em dois grupos, as de natureza obrigatória e a discricionária. As despesas obrigatórias são aquelas fixadas em leis. As despesas de natureza discricionária são aquelas geradas a partir da disponibilidade de recursos e podem ser gerenciadas de acordo com o interesse da administração pública. A programação das despesas tem que levar em conta pontos essências para a prestação de bens e serviços (CREPALDI, 2013).

São destacadas como despesas discricionárias a construção de escolas, hospitais, rodovias, entre outras que dão suporte ao aluno em uma possível visita técnica. (CREPALDI, p. 88, 2013). Dessa forma, os possíveis impactos poderão ocorrer nos gastos com material para aula de campo, combustível para uma viagem, diária para auxílio do profissional numa visita técnica, na manutenção da estrutura física da instituição. Assim, a prestação de serviços em educação poderá ser afetada, pois tais gastos são importantes para agregar um conhecimento de qualidade, além de promover

uma interação social nas visitas técnicas, bem como, para proporcionar um ambiente com mais conforto através de reparos na estrutura.

A execução orçamentária é a aplicação dos recursos consignados no orçamento previsto para um período. Assim, ela consiste na programação e realização das despesas, considerando a disponibilidade financeira e o cumprimento das leis pela administração pública (BRASIL, 2015). O Art. 52 da Lei de Responsabilidade Fiscal define que a administração pública deve realizar um relatório resumido da execução orçamentária que deverá ser publicado até 30 dias após o encerramento de cada bimestre, possibilitando, assim, uma análise do comportamento da receita (BRASIL, 2004).

2.3 Contingenciamento.

A LOA é parte do conjunto que compõe o Plano Orçamentário onde se faz a previsão das receitas e fixação das despesas para um determinado exercício. Quando se aplica um contingenciamento de despesas públicas, em qualquer esfera de governo, são sinais de déficit na arrecadação prevista para o período (SANTOS, 2015).

Isso não exime a gestão pública da responsabilidade em cumprir o proposto no orçamento anual, e destaca que contingenciamento consiste na não execução, ou adiamento de pagamentos de despesas programadas e previstas em lei orçamentária de organizações do governo (SANTOS, 2015).

Além disso, para Gomes (2004), a falta de transparência com que é tratado um ente público, impossibilita a informação à população, isso, devido não só à sua formatação técnica, mas, à linguagem técnica utilizada.

3 Métodos e Metodologia

3.1 Local de estudo

O estudo foi desenvolvido no Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT) campus de Barra do Garças. No município, a unidade foi criada com base na Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, mediante integração do Centro Federal de Educação

Tecnológica de Mato Grosso, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá e da Escola Agrotécnica Federal de Cáceres.

Em Barra do Garças, a ideia de se implantar uma instituição educacional para a formação profissional surgiu antes mesmo da criação do IFMT, pois desde 2007 ocorreram reuniões entre as Prefeituras Municipais de Barra do Garças/MT, Pontal do Araguaia/MT e Aragarças/GO e a comunidade local para identificar as demandas locais de capacitação. Os primeiros cursos oferecidos foram o Curso Técnico em Controle Ambiental Integrado ao Ensino Médio em período diurno e o Curso Técnico Subsequente em Manutenção e Suporte em Informática no período noturno. No ano seguinte, precisamente em 14 de março, o Campus do IFMT de Barra do Garças iniciou seus trabalhos na antiga Escola Agrícola do município de Barra do Garças, já adaptada para atender a proposta educacional de formação profissional técnica e tecnológica.

3.2 Coleta de dados

Para compreender as ações adotadas pelos gestores, o estudo se desenvolveu por meio das seguintes etapas: revisão bibliográfica, pesquisa documental e entrevista com gestores locais.

Apesar do tema não fornecer um grande acervo de obras destinadas, buscou-se livros que retratassem o assunto. Segundo Minayo (2010), a pesquisa bibliográfica permite confrontar os desejos do pesquisador e os autores envolvidos em seu horizonte de percepção. O objetivo da pesquisa bibliográfica é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto Lakatos (LAKATOS, 2003).

A pesquisa documental busca enriquecer as fontes bibliográficas agregando fontes primarias que ainda não foram contextualizadas. Os documentos analisados podem ser atuais ou antigos, o importante é que ofereça elementos que contribuam ao objeto de pesquisa. Para pesquisa, os documentos analisados serão extraídos do portal oficial da instituição (MINAYO, 2010).

O trabalho se credencia também com questões respondidas por pessoas diretamente envolvidas com o objeto de pesquisa, para Lakatos (2003), entrevista é o encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informação a respeito de

determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. Será utilizado questionário composto por dez perguntas. Minayo (2010) lembra que através da criatividade, e um questionário bem elaborado o pesquisador pode extrair elementos para produzir conhecimentos.

O questionário foi aplicado à servidora responsável pelo Departamento de Administração e Planejamento (DAP) do IFMT – Campus Barra do Garças. A servidora entrevistada possui formação em ciências contábeis e coordena o setor desde 2015.

As funções deste setor são: aplicar os recursos repassados pela Reitoria; realizar o controle contábil e orçamentário de todas as receitas e despesas; contribuir para que sejam gerados benefícios para a comunidade acadêmica; realizar a manutenção e a melhoria das instalações; promover a prestação de contas à comunidade, se destacando na transparência na gestão dos recursos geridos (IFMT, 2019).

A entrevista foi realizada no dia 07 de novembro de 2019 no DAP do Campus.

Quadro 1 – Roteiro de perguntas realizadas à responsável pela gestão financeira do IFMT – Campus Barra do Garças.

Nome?
Formação profissional?
A quanto tempo exerce esta função?
Qual valor da Previsão Orçamentaria para o IFMT campus Barra do Garças em 2019?
Qual valor do orçamento previsto o campus Barra do Garças já recebeu?
Como o contingenciamento do Governo Federal em 2019 afetou o IFMT campus Barra do Garças?
Como a direção do IFMT campus Barra do Garças fez para contornar a falta de repasse no período de contingenciamento?
Quais áreas do instituto foram mais prejudicadas? Por que?
No IFMT campus Barra do Garças, o ano letivo de 2019 ficou comprometido com o contingenciamento? Por que?
Quais medidas foram tomadas pela gestão do IFMT campus Barra do Garças para evitar maiores danos com o contingenciamento?

Fonte: Elaborada pela autora.

4. Resultados e Discussão

Nos últimos quatro anos, o orçamento do Instituto Federal de Mato Grosso em Barra do Garças vem recebendo menos recurso a cada exercício. Por outro lado, a execução neste mesmo período superou o orçamento em cada ano (Tabela 1).

Tabela 1 – Histórico do orçamento e da execução orçamentária do IFMT – Campus Barra do Garças – 2015-2018.

Ano	Orçamento	Execução
2015	2.638.481,00	2.911.204,06
2016	2.463.396,00	2.769.965,29
2017	2.211.765,00	2.867.829,30
2018	2.170.127,00	2.332.705,55

Fonte: IFMT (2019).

O orçamento de 2019 foi objeto da entrevista com a chefia do Departamento de Administração e Planejamento (DAP). Segundo a entrevistada, a Proposta de Lei Orçamentaria (PLOA) para 2019 foi estimada no valor de R$ 2.024.645,00, que é dividido em custeio e investimento. Este valor de orçamento para 2019 é inferior aos valores dos anos anteriores (Tabela 1).

Segundo a entrevistada, o ano se inicia com um repasse de aproximadamente dezoito avos do orçamento. Nesse ano, o recurso foi escasso até o mês de março, mas segundo ela, os gestores locais esperavam que em abril a disponibilidade de recursos aumentasse, já que esse era um padrão recorrentes nos últimos anos.

Ainda segundo a chefe do DAP, o governo federal anunciou o contingenciamento de 30% das despesas discricionárias. Imediatamente, ocorreu o Conselho de Administração e Planejamento (COPLAN), onde todos os chefes de departamento de

administração do IFMT se reuniram na reitoria para discutir as possíveis ações nesse contexto. A primeira alternativa foi identificar possíveis gastos a serem eliminados do orçamento. Assim, inicialmente, foram cortadas as seguintes despesas no campus Barra do Garças:

- Gastos com visitas técnicas (combustível, manutenção do veículo, diária do motorista e do professor). Vale destacar que os valores de diárias para alunos não foram contingenciados, porém as visitas técnicas ficaram impossibilitadas de ocorrer porque ela envolve os demais gastos citados que foram contingenciados;
- Gastos com capacitação de servidor (diárias e passagens);
- Aquisição de materiais para aulas práticas (aulas técnicas e em laboratórios);
- Redução no número de terceirizados na área de segurança (de 4 funcionários para 2).

Considerando tais cortes de gastos, a gestão local também realizou adequações no campus decorrentes dos recursos advindos do VI Jogos do IFMT. Indagada sobre o evento, a entrevistada respondeu que os jogos reuniram alunos e servidores de todos os Campi de Mato Grosso em Barra do Garças para disputarem diversas modalidades esportivas. Para a realização deste evento, o Campus recebeu verba no valor de R$ 115.000,00 oriundo da reitoria, não sendo parte do orçamento previsto para o ano. Esse dinheiro foi utilizado em alguns reparos na quadra e no prédio. A realização dos jogos, além de proporcionar essa economia do próprio recurso em reparos estruturais, fez com que a reitoria disponibilizasse dois climatizadores para instalação na quadra esportiva, além de abastecer o campus com material esportivo.

O campus do IFMT ainda carece de recursos para manter a estrutura física. Segundo a chefe do DAP, reparos na estrutura são constantes, por isso ela se viu na necessidade de contratar um pedreiro. Mesmo com a orientação para cortar gastos, o Campus contratou. A entrevistada afirmou que na reitoria existia uma verba reservada para situações emergenciais. Já a dispensa de servidor na área de limpeza, não foi pelo contingenciamento, e sim, por uma Instrução Normativa, não detalhada pela entrevistada.

Ao longo da realização desta pesquisa, o governo anunciou o fim de todo contingenciamento, com isso, o campus recebeu em novembro aproximadamente R$ 200.000,00. Assim, dará início a um processo de execução orçamentária que envolverá a melhoria na estrutura do Campus com aquisição de gradis para iniciar o próximo exercício cercando a unidade de Barra do Garças, afirmou a chefe do DAP.

Outro ponto abordado pela entrevistada foi que o fato da região de Barra do Garças não ter uma representatividade política no cenário nacional faz com que o Campus não receba verbas de emendas parlamentares. Alguns Campi que possuem deputados e senadores eleitos na região, geralmente, recebem verbas que são úteis para o fortalecimento da infraestrutura local. A colégio eleitoral atendido pelo IFMT local, além de ser fatiado entre os estados de Goiás e Mato Grosso, é pequeno ao ponto de não conseguir eleger um parlamentar federal. Como a pesquisa foi concluída antes do encerramento do exercício de 2019, não foi possível apresentar o relatório de prestação de contas. Segundo a chefe do DAP, o documento provavelmente será divulgado em janeiro de 2020.

6. Conclusão

O contingenciamento é algo natural da gestão pública brasileira. Em anos anteriores, ele ocorreu e até mesmo em percentuais superiores ao atual. O cenário atual de polarização política fez com que o bloqueio deste ano tivesse um destaque maior do que ele realmente deveria ter. Embora várias atividades tenham sido canceladas ao longo deste ano no local de estudo, outras puderam ser realizadas e, ao final, os recursos foram desbloqueados. No entanto, a instabilidade na execução orçamentária é um fator alarmante para os gestores locais, pois dificultam quaisquer planejamentos que possam ocorrer.

A verba de emenda não pode ser tratada como privilegio de região que que elege políticos da esfera Federal. Até porque, a bancada representa o estado, e não só a região de onde saiu para a política. Assim, todos envolvidos no sistema educacional do Campus, devem buscar forças a esses parlamentares.

Baseando nos dados, pode-se concluir que realmente a educação foi afetada com contingenciamento. Pois, as visitas técnicas e aulas práticas em laboratórios desperta um maior interesse no alunado. Fator que aumenta a troca de conhecimento com seus pares e mediadores, ou professores.

O bloqueio de recursos públicos na educação não provoca perdas só para alunos. Pode provocar um efeito cascata na vida das pessoas. Um círculo de perdas é criado. O servidor público fica sem possibilidade de qualificação que agregaria no conhecimento do aluno. Além dos servidores terceirizados dispensados, postos de serviços fechados e funcionários sobrecarregados. Por outro lado, o trabalho mostra a importância da boa gestão, que devesse pautar na busca pela minimização de possível danos aos usuários dos serviços públicos.

7. Agradecimentos

Agradeço imensamente à família, amigos e a Deus pelo apoio incondicional. Ao IFMT e aos seus professores pela dedicação e empenho ao ensinar, especialmente ao meu orientador, prof. Felipe Deodato.

REFERÊNCIAS

BRASIL. 1988 (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988) 05/10/1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 20 de agosto 2019.

BRASIL. 2004 Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2004. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providencias.

BRASIL. 2008 PORTAL MEC. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=3753-lei-11892-08-if-comentadafinal&category_slug=marco-2010-pdf&Itemid=30192 > Acesso em 20 de setembro de 2010.

BRASIL, 2015 PLANEJAMENTO Disponível em:http://www.planejamento.gov.br/servicos/faq/orcamento-da-uniao/elaboracao-e-

execucao-do-orcamento/o-que-e-contingenciamento. Acesso em 15 de setembro de 2019.

BRASIL. 2016 SENADO FEDERAL Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2016/08/02/relatorio-do-sen.-antonio-anastasia-referente-a-pronuncia.> Acesso em 20 de setembro de 2019.

BRASIL. 2017 CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO Disponível em: http://www.portaltransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/orcamento-publico#:~:targetText=Or%C3%A7amento%20p%C3%BAblico%20%C3%A9%20o%20instrumento,de%20melhoria%2C%20entre%20outros). Acesso em 20 de setembro de 2019.

BRASIL. 2019 CAMARA FEDERAL Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/554580-governo-decide-bloquear-quase-r$-35-bi-em-despesas-do-orcamento-de-2019. Acesso em 10 de setembro de 2019

CREPALDI, Silvio Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. Orçamento Público: planejamento, elaboração e controle. São Paulo: Saraiva, 1 ed., 2013.

GIAMBIAGI, F; ALÉM, A. C., Finanças públicas - Teoria e Prática no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

GOMES, Rinaldo Jeferson da Silva. Orçamento Público: A experiência do Orçamento Participativo de Cabedelo 2001-2002. Monografia defendida na Faculdade de Contabilidade da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2004

IFMT (INSTITUTO FEDERAL MATO GROSSO). IFMT divulga Nota à Comunidade sobre o corte de recursos para a Educação. Disponível em: http://ifmt.edu.br/conteudo/noticia/ifmt-divulga-nota-comunidade-sobre-o-corte-de-recursos-para-educacao/. Acesso em 05 de julho de 2019.

IFMT (INSTITUTO FEDERAL MATO GROSSO). Relatório de Prestação de Contas. http://bag.ifmt.edu.br/conteudo/pagina/relatorios-de-prestacao-de-conta1/. Acesso em 02 de novembro de 2019.

KNECHTEL, Maria do Rosário. Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada. Curitiba: Intersaberes, 2014.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 5 ed., 2003.

MELLO, Luiz Gonzaga de. Antropologia cultural: iniciação teorias e temas. São Paulo: Vozes, 8. ed., 2001.

MINAYO, M.C.S. (Org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 29 ed., 2010.

SANTOS, Clezio Saldanha. Introdução à Gestão Pública . São Paulo: Saraiva, 2ª ed., 2015.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. Fundamentos de administração pública brasileira. Rio de Janeiro: FGV, 1ª ed., 2012.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MEC - SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS BARRA DO GARÇAS
COORDENAÇÃO DO CURSO TECNÓLOGO EM GESTÃO PÚGLICA

Ata de Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

No dia 04 de dezembro de 2019, a banca examinadora composta pelos professores Dr. Felipe Deodato da Silva e Silva (orientador), Msc. José Ivo Fernandes de Oliveira e Msc. Anderson Ricardo Silvestro, avaliou o artigo "Contingenciamento no IFMT Campus de Barra do Garças-MT" de autoria da discente Delmair Nascimento. Após a apresentação oral do trabalho, a banca fez as suas considerações e reuniu para emitir o resultado final do trabalho. Em seguida, com base nas notas da Ficha de Avaliação, a banca decidiu pela Aprovado do trabalho. Assinam duas vias da ata os membros da banca examinadora e a discente.

Barra do Garças/MT, 04 de dezembro de 2019.

Delmair Nascimento
Delmair Nascimento
Discente

Felipe Deodato da Silva e Silva
Prof. Dr. Felipe Deodato da Silva e Silva
(Orientador - avaliador 1)

Prof. Msc. José Ivo Fernandes de Oliveira
(avaliador 2)

Prof. Msc. Anderson Ricardo Silvestro
(avaliador 3)